

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PROJETO MAIS EDUCAÇÃO: UM ESTUDO PRELIMINAR À LUZ DA CRÍTICA MARXISTA¹

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Maria Ivonete Ferreira Félix²

Antonio Ferreira Félix³

Francisca Helena de Oliveira Holanda⁴

RESUMO

O artigo é uma reflexão sobre a educação integral, inserida num contexto do capital em crise e seus desdobramentos na sociedade. Estabelecemos para tanto, um intercuro histórico às civilizações antigas e chegamos ao período de defesa da educação integral numa perspectiva liberal nos ditames de uma educação que se propõe redentora. Apontamos seu desenvolvimento no contexto educacional brasileiro tomando como base a Conferência de educação para Todos (EPT) e seus desdobramentos ídeo-políticos para os países ditos emergentes. Relacionamos a formação/educação que interessa ao capital e a defesa de uma formação/educação integral emancipatória. Estudo teórico-bibliográfico e documental, pretendendo no plano da construção teórica, compreender à luz da ontologia marxiana, o fenômeno que diz respeito aos fundamentos e significados do programa Mais educação como elucidação o Projeto de Educação Integral dentro do Movimento de Educação para Todos.

Palavras-chave: Ontologia; Educação integral; Crise do capital.

ABSTRACT

The article is a reflection on integral education, inserted in a context of capital in crisis and the unfolding consequences on society. To do so, we established a historic intercourse with ancient civilizations and we reached the period of defense of integral education in a liberal perspective according to the rulings of an education which claims to be redeeming. We point out its development in Brazil's educational context starting from the Educação para Todos (EPT) conference and ideo-political aftermath for countries considered to be emerging. We related the formation/education that interests the capital and the defense of a formation/education which is integral and emancipator. A theoretical-bibliographical study which intends to, in a theoretical construction level, comprehend in the light of Marxist ontology, the phenomenon that concerns to the fundamentals and meanings of the Mais Educação program as clarification of the Integral Education project inside the movement of Educação para Todos.

Key words: Ontology; Integral education; capital crisis.

¹ Esse texto contém partes de estudos elaborados e apresentados na minha qualificação de mestrado intitulada: O Projeto mais educação no contexto de crise estrutural do capital: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho, sob a orientação da professora Jackline Rabelo.

² Professora da educação básica em Maracanaú (CE), Mestre em Educação (UFC).

³ Professor da educação básica em Fortaleza (CE), Mestre em Educação pela (UFC).

⁴ Doutoranda em educação na Universidade Estadual do Ceará -UECE.

Introdução

Nesse artigo pretendemos analisar o programa de educação integral implementado sob a denominação de Mais Educação. Nesse ensejo, intentamos localizá-lo dentro dos programas que vem sendo difundidos pelo movimento de Educação para Todos (EPT), tão propalados pelos organismos internacionais (Banco Mundial, ONU, UNESCO, UNICEF, PNUD) que monitoram a educação mundial e são responsáveis por pensar, organizar e controlar a execução de políticas e programas educacionais a serem desenvolvidos nos países da periferia do capital.

Nesse sentido, observamos ser necessário tomarmos como base a aproximação teórica à luz da crítica marxista. Sendo assim, de acordo com Tonet (2005, p. 212), a teoria marxista nos habilita com as ferramentas necessárias de compreensão acerca do fenômeno da educação, “pois acreditamos que esta nos permitirá apreender a natureza mais íntima desta dimensão da atividade humana”. Assim, entendemos que devemos compreender o papel atribuído a educação no contexto social em que vivemos, tomamos por base os fundamentos da ontologia marxiana, pois essa perspectiva permite-nos observar o tratamento do complexo educacional em seu desenrolar histórico de maneira a recuperar as conexões ontológicas da educação numa perspectiva de formação integral e seu desdobramento no processo de formação dos trabalhadores, apreendendo o real papel que a educação pode assumir na construção de uma sociedade emancipada ou para a perpetuação da sociabilidade do capital.

Dessa forma, no intuito de aprendermos nosso objeto de estudo nesse conjunto de complexos que é a totalidade social faremos um intercurso histórico acerca do papel que a educação assumiu ao longo dos modos de produção do trabalho, isto é, desde o modo de produção escravista, feudal ao modo de produção capitalista. Todavia, buscaremos uma aproximação mais detalhada da relação onto-histórica do trabalho e formação na sua forma exclusivamente burguesa.

Surge a escolha pelo referencial da ontologia marxiana por melhor subsidiar nossa reflexão da construção de uma educação integral dentro de um contexto social que tem primado pela fragmentação e compartimentalização do processo de ensino. Assim sendo, tentaremos adentrar nos aspectos onto-históricos que articulam a relação trabalho e educação.

O fundamento do Ser social e a Educação

Ora, o homem se destaca dos outros animais quando, ao buscar suas condições materiais de sobrevivência, age na natureza de maneira a imprimir-lhe forma útil à necessidade humana. Assim agindo, o homem modifica não só a natureza, mas modifica a si mesmo. Esse ato de agir na natureza com uma finalidade posta, previamente planejada pelo homem, é o que chamamos de trabalho e trabalhar é um ato exclusivamente humano, seguindo assertiva de Marx (2008, p. 202):

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Consideramos assim, que o trabalho é a categoria fundante do ser social. O homem se funda, constrói-se no ato de trabalhar, ou seja, a essência do homem não lhe é dada nem naturalmente, tampouco é uma dádiva dos deuses. A essência do homem é um construto do próprio homem, portanto um feito humano. Ademais, Saviani (2007, p. 154) considera a perspectiva histórica do homem quando afirma que “É, portanto, na existência efetiva dos homens, nas contradições de seu movimento real, e não numa essência externa a essa existência, que se descobre o que o homem é: tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são.”

Com essa constatação, vemos ainda, segundo Saviani, que o homem não tem existência dada naturalmente ou garantida pela natureza. Ela necessita ser produzida pelo próprio homem. No ato de produzir as condições materiais para sua existência, o homem está se formando, aprendendo a ser homem.

A articulação entre trabalho e educação relatada aqui se desenvolvia nas comunidades primitivas, onde a forma de o homem interferir na natureza ainda era muito precária, pois o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho constituía-se por ser bastante rústico.. Nessas comunidades, as crianças se educavam no convívio com os adultos, a educação não era confiada a uma pessoa ou grupo de pessoas específicas. Era na convivência com os adultos que as crianças iam assimilando seus costumes suas crenças e suas práticas enquanto grupo, assim poderíamos dizer “nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida” (Ponce, 2007, p.19).

Com efeito, o aumento da capacidade produtiva do trabalho humano, ou seja, o desenvolvimento da produção foi intensificado com a utilização de novas técnicas. Assim, a partir da divisão do trabalho e com a apropriação privada da terra que até então era o principal meio de produção, rompe-se a relação existente nas comunidades primitivas em que tinha como princípio a propriedade coletiva e nessa nova relação de trabalho que se estabelece acontece a divisão dos homens em classes sociais, onde a produção passa a ser privada. Agora, temos a classe dos que possuem propriedades sendo então proprietários e os que não têm propriedades, os não-proprietários. Desta feita, os proprietários passam a explorar o trabalho dos não proprietários, inaugurando assim a escravidão, período este em que podemos exemplificar a época da antiguidade, a Grécia e Roma,

Consideramos que a educação dispensada nas comunidades primitivas se dava de forma espontânea e integral, pois além de não ser oferecida por nenhuma instituição específica não restringia ou limitava o que poderia ser aprendido, podendo seus membros incorporar tudo o que era partilhado e oferecido pelas comunidades. Todavia, a estrutura social que se manteve na sociedade primitiva, já não servia para essa nova realidade colocada pela divisão em classes sociais, por sua vez, a educação também não se ajustava. Outro tipo de educação foi pensada e veio atender a sociedade *in status nascendi*. Como assegura Saviani (2007, p. 155),

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como educação dos homens livres e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Compreendemos assim, que é a partir da educação oferecida a classe dos proprietários, particularmente na Grécia surge a escola onde se organizará como *Paidéia* o que para os gregos significava “etimologicamente, o lugar do ócio do tempo livre” (Saviani, 2007, 155) temos, portanto, um grupo de pessoas que tem acesso a educação dissociada do processo produtivo. Já a classe dos escravos restava o aprendizado adquirido no próprio processo produtivo.

Na sociedade dividida em feudos, assim como no mundo antigo, a terra continuava sendo a fundamental fonte de riqueza e a economia que antes se fundava sobre a exploração do trabalho escravo agora se funda sobre a exploração do trabalho servil. A formação oferecida ficou a cargo da Igreja Católica, que a ministrava em duas categorias: que se davam nos monastérios destinada

aos senhores feudais proprietários e a formação oferecida à plebe que na verdade não tinha o intuito de instruir, mais sim de familiarizá-las com a doutrina cristã e aplicar uma educação para a conformação social, ficando assim a massa trabalhadora, os servos, com o aprendizado relacionado ao ato de trabalho nos feudos⁵.

Por sua vez, na configuração da sociedade capitalista ocorreram mudanças estruturais tanto na forma de produção como na educação dos homens, pois se na sociedade feudal dominava a economia de subsistência e só com a produção dos excedentes pode ocorrer às trocas – necessidade em suprir produtos escassos ou inexistentes nos feudos –, na economia capitalista a produção é voltada para a troca e é ela que determina o consumo, essa constitui a economia de mercado cujos fins é o lucro. Como assevera Saviani (2007, p. 159).

Essa nova forma de produção da existência humana determinou a reorganização das relações sociais. À dominação da indústria no âmbito da produção corresponde a dominação da cidade na estrutura social. **Se a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola** (grifo nosso). Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica

Entendemos que a partir da consolidação da sociabilidade capitalista se fez necessário a oferta do saber escolar para a classe trabalhadora, pois se antes era privilégio das classes abastadas ou classes dominante, nesse tipo de sociabilidade a forma de produção existente, agora requer “um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos, sem o qual não se pode ser cidadão, isto é, não se pode participar ativamente da vida da sociedade” (Saviani, 2007, p. 160).

Ademais, entendemos que nesse contexto social, a escola ocupa um importante papel na reprodução da forma de produção capitalista, onde se faz a defesa de uma formação cidadã, sob um discurso pautado pela perspectiva liberal. Partindo dessa concepção, a educação visa preparar pessoas cada vez mais aptas a participar ativamente do processo de sociabilidade do capital. Pauta-se também na defesa da bandeira da universalização da educação pública, com acesso ao saber cada vez mais elevado. Para refletir sobre o que está sendo propalado, devemos analisar esse fenômeno que é a Educação em seu contexto social, observando sua relação intrínseca com a forma de produção das condições materiais da vida. Dessa forma, de acordo com Tonet (2007, p. 27):

⁵ Podemos ainda aprofundar esse tema em PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 83.

Na esteira de Marx, entendemos que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. E que todas as outras dimensões sociais – a exemplo da política, do direito, da ciência, da arte, etc. – mantêm com ele uma relação de dependência *ontológica* e de autonomia relativa.

Nesse sentido, compreendemos que embora o trabalho tenha essa dimensão fundante da realidade material as outras dimensões sociais não estabelecem com ele uma relação mecânica. Todavia esta dinâmica social que compõe essas dimensões só se desenvolveu a partir dele. Sendo assim, no tecido que compõe a totalidade social se estabelece entre o trabalho e as outras dimensões sociais e entre elas mesmas, uma determinação recíproca, posto que inseridas numa processualidade histórica.

Trabalho, Educação e a Formação humana

Fizemos um intercurso histórico demonstrando a questão do trabalho e como a educação era desenvolvida mediante cada época e realidade. Faz-se mister dizer que a educação que defendemos como necessária e fundamental para o conjunto da humanidade é a que podemos destacar conforme Saviani (2008, p. 7) quando diz que educação “é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Nesse contexto, observamos que a educação, a formação e aqui a questão da formação integral dos indivíduos, nos interessa apreender uma formação que dê conta do homem nos seus aspectos onto-históricos, pois essa conceituação também é dada tomando como referência o contexto como podemos ver em Tonet (2006), quando mais uma vez nos reportando ao termo grego *Paidéia*, significa trabalhar no desenvolvimento de uma formação que privilegie o que seja “**o específico da natureza humana: o espírito e a vida política**”. (grifo nosso)

Dessa forma por tudo que foi exposto quando tratamos da categoria Trabalho, ao longo do tempo, em cada uma dessas épocas a questão da formação humana não foi observada levando em consideração um dos aspectos essenciais, a questão do trabalho, ou seja, ao fundamento primário do ser social. Dai a *Paidéia* surgir como um espaço dedicado aqueles que tinham o tempo livre, ou seja, para os filhos dos proprietários. Sendo assim, a formação humana dá-se para o cultivo das coisas do espírito, então separada do ato de trabalhar e privilégio de alguns. Segundo Tonet (2006, p.10)

O que era inteiramente deixado de lado nesse processo de formação do humano era a problemática do trabalho, da transformação da natureza, da manipulação da matéria para a produção da riqueza. **Entende-se que assim fosse porque até o advento do capitalismo as tarefas eram de responsabilidade de seres considerados de condição inferior. Daí porque a formação se dirigia apenas àquelas pessoas que, não precisando trabalhar, podiam dedicar-se integralmente às atividades de cunho espiritual.** (grifo nosso)

Tonet ainda assevera que:

Quando o capitalismo entrou em cena, houve uma profunda mudança nessa idéia da formação humana. Na verdade, houve até uma inversão entre trabalho e formação cultural. O trabalho passou a ser privilegiado como a atividade principal. Não, porém, o trabalho como uma atividade criativa, explicitadora das potencialidades humanas, mas o trabalho como simples meio de produzir mercadorias [...] **Tomando como ponto de partida do trabalho, considerado como o ato ontológico-primário do ser social, Marx constata que este ser não se define pela espiritualidade, mas pela práxis.** Ora, esta última é exatamente uma síntese de espírito e matéria, de subjetividade e objetividade, de interioridade e exterioridade. **Na realidade, ele mostra que entre interioridade e exterioridade não há uma relação de exclusão, nem de soma, mas uma relação de determinação recíproca. Desta determinação recíproca é que resulta a realidade social.** (grifo nosso)

Compreendemos que a formação integral do indivíduo tem que ser observada numa perspectiva onto-histórica, onde partimos da atividade humana originária do ser social, o trabalho. Pois, somente a partir da abstração dessa categoria e os nexos causais no devir dos homens, podemos apreender a formação humana na sua totalidade levando em consideração o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Ressaltando que aqui estamos colocando **formação humana integral** num mesmo patamar de **educação integral do indivíduo**, e isso vai requerer para esse processo do homem tornar-se homem, ou seja, indivíduo membro do gênero humano a apropriação material e espiritual dos bens produzidos pelo conjunto da humanidade. Como explicita Tonet (TONET, 2005, p. 213).

[...] quando tratamos do processo de tornar-se homem do homem, que como membros da espécie, todos os indivíduos tem características comuns, que são transmitidas por herança genética. **O seu pertencimento ao gênero humano, porém, não lhes é dado por herança genética, mas por um processo histórico-social, ou seja, pela incorporação das objetivações que constituem o patrimônio deste gênero.** [...] Entre os homens [...] esse processo é dirigido, e em um grau cada vez maior, pela consciência. O homem, ao contrário dos animais, não nasce “sabendo” o que deve fazer para dar continuidade à sua

existência e à da espécie. **Deve receber esse cabedal de instrumentos de outros indivíduos que já estão de posse deles.** (grifo nosso)

Por esta via percebemos que se exige a apreensão das determinações que ocorrem com o surgimento e evolução da educação como um complexo determinado que emerge das relações de produção da própria existência humana, onde nesse processo se deu a separação entre os que detêm os meios de produção da existência (os proprietários), esses vão dominar aqueles que não detêm os seus próprios meios de produção da sua existência (os não proprietários), que vão vender sua força de trabalho, inaugurando dessa relação homem-natureza; homem-homem uma série de complexos para legitimar essa exploração e manter essa realidade pautada pelas contradições do sistema de classes.

Com efeito, somente nos últimos séculos, sob a forma burguesa capitalista, o capital atingiu com êxito sua forma estruturante de um “sistema orgânico”. Para tanto, Marx considera que:

É preciso ter em mente que as novas forças de produção e as novas relações de produção não se desenvolvem a partir do *nada*, nem caem do céu, nem nascem tampouco do útero da Idéia que a si mesmo se põe; mas se formam no interior e em antítese ao desenvolvimento da produção existente e às relações de propriedade tradicionais herdadas. Se em pleno sistema burguês cada relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa, e tudo o que foi posto é, portanto, também um pressuposto, então o mesmo se dá com qualquer *sistema orgânico*. Esse mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento em direção à totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou criar a partir dela os órgãos de que ainda carece; eis como historicamente ele se torna uma totalidade (*apud* MÉSZÁROS, 2007, p. 55-56).

Nesse sentido, entendemos que o sistema do capital se caracteriza por ser uma relação social de produção, instituída pela sociedade burguesa, pois na sua composição estruturante pressupõe: os meios de produção, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas e a força de trabalho assalariada. Portanto, trata-se de um sistema que tem seu movimento na produção de mercadorias para a troca, inclusive a força de trabalho constitui uma mercadoria equivalente a qualquer outra mercadoria estando disposta para venda no mercado.

Desse modo, observando a importância assumida pela educação, enquanto um complexo fundado, cuja matriz é o trabalho nos cabe a tarefa de enfocá-la dentro do quadro da crise estrutural do sistema metabólico do capital que segundo Jimenez, ancorada em Mészáros (2009, p. 5) nos diz que

O capital vem cavando, desde os últimos 30 a 35 anos aproximadamente, uma crise que se teria alojado na própria estrutura do sistema de acumulação, portanto, uma crise de natureza estrutural e, por conseguinte, significativamente mais complexa e severa do que as crises cíclicas que pontuaram a evolução desse modo de produção da existência dos homens. Por conta da natureza mais problemática e renitente da crise atual, o sistema precisou empreender uma profunda reformulação no âmbito do seu tripé de sustentação metabólica, ou seja, nas relações trabalho-capital-Estado. No sentido de fazer frente à crise, impõe regras a toda a sociedade denominada globalizada sob a coordenação de organismos internacionais, tais como FMI, Banco Mundial, BIRD e outros.

Por conseguinte, frente a problemática da crise é orquestrado um projeto que abriga um programa de reformas imposta a sociedade sob a perspectiva de manter a governabilidade do sistema.

Educação Para Todos e o Projeto Mais-Educação

Assim, vemos que em meados da década de 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (EPT), em Jomtien (Tailândia), que como coloca o próprio tema objetivou discutir ações a serem realizadas com pretensão de adoção de políticas sociais que viessem a minimizar os altos índices de exclusão a que estavam submetidos crianças e jovens do sistema escolar de ensino. Como também os altos índices de analfabetismo e o analfabetismo funcional constituíam fonte de preocupação dos organismos internacionais. Portanto, conforme assinala o documento de Jomtien:

[...] mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; - mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (1990, p.1).

Nesse contexto mostrado pelo documento da conferência, a educação passa a desempenhar um papel fundamental para a transformação dessa sociedade que enfrenta grandes

problemas, pois com a defesa da Educação Para Todos⁶ se coloca a educação como a salvadora dos grandes males que acometem a humanidade; a fome, a miséria, o desemprego o analfabetismo, as doenças dentre outros. É nesse contexto que:

Um dos primeiros grandes eventos dessa ordem, que marcam o Movimento de Educação para Todos, tomou corporeidade na Conferência de Jomtien, em 1990, na Tailândia, patrocinada pelo Banco Mundial e promovida pela ONU, contando ainda com a parceria de outros organismos internacionais, **objetivando disseminar o debate em torno dos desafios e perspectivas de educação para o Século XXI**⁷ (Rabelo, 2007, p. 82). (grifo nosso)

Partindo dessa premissa cabe-nos a luz da ontologia marxiana perceber como a educação, um dos complexos fundado a partir do trabalho vem se construindo no Brasil fazendo um recorte tomando como referência a Conferência Mundial sobre Educação para todos, observado quais as políticas vem se desenvolvendo a partir desse marco para o cumprimento das metas pretendidas para o novo milênio centrando-nos no Programa Mais educação que surge nas escolas do país em 2008 e visa atender ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Programa de Desenvolvimento da Educação-PDE é o programa carro chefe da área da educação comparado ao Plano de Aceleração do Crescimento- PAC- para o governo federal ambos passaram “juntos a ser a alavanca do desenvolvimento nacional.” Na palavra ufana do Presidente Lula, “PAC e PDE são anéis de uma mesma corrente em favor da construção de um novo Brasil”. (JIMENEZ, 2009, p. 4) também é interessante dizer que:

[...] o PDE atrela-se intimamente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um empreendimento que congrega um aglomerado de entidades empresariais, como o Pão de Açúcar, Fundação Itaú - Social Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar - Dpaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN Real, Banco Santander, Instituto Ethos, dentre outros.

É nesse aspecto, está os desafios e perspectivas para a educação do novo século focalizando a política educacional brasileira atualmente, já nos primeiros dez anos do iniciado novo milênio⁸ e tão propalado século XXI, que debruçamos nossa análise do Programa Nacional

⁶ Utilizamos nesse trabalho o texto da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (Conferência de Jomtien), Tailândia, UNESCO, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicacoes/doc – internacionais. Acesso em 10.05.2004.

⁷ DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Editora Cortez, 2001

⁸ No que se refere ao novo milênio foram propostas um conjunto de metas onde, de acordo com Mendes Segundo, “foi formalizado no Fórum Mundial de Educação de Dacar, o documento *Metas de desenvolvimento do milênio*,

do Governo Federal para a educação escolar Mais Educação. Sendo assim, trata-se de um Programa de abrangência nacional inserido no Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, legalizado pelo decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 e tem por objetivos juntar os esforços dos municípios, famílias, comunidades, estados, distrito federal e União para que haja uma melhoria da educação básica no país.

Por sua vez, tal projeto visa disponibilizar as crianças e jovens das escolas públicas um maior tempo dentro das unidades escolares. Baseado na ideia de educação integral, esse fundamentado pela garantia do direito das crianças e adolescentes de ter proteção integral, amparados na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB (Lei 9.394/96).

Analizando os documentos publicados que tratam da educação integral, eles observam o fenômeno educacional como tendo um papel central no desenvolvimento do ser humano, segundo Mathias (2006) na sociedade que vivemos onde devido à velocidade das informações e agilidade na comunicação são postos novos desafios a educação e dentro desse contexto as políticas educacionais implementadas podem determinar o sucesso ou fracasso da sociedade observando-se que hoje vivemos num contexto social globalizado. Na visão desse autor somente transmitir as informações sobre o conhecimento acumulado pela humanidade não é mais suficiente, tem que preparar as novas gerações para produzir conhecimento. Para oferecer educação integral para a formação integral do ser humano exige-se o envolvimento e a responsabilidade de toda a sociedade.

Essa proposta de educação integral tem como principal referência teórica as ideias do escolanovista Anísio Teixeira, onde segundo documentos do MEC (2009) pensava uma educação onde a escola pudesse oferecer as crianças um programa completo em que seriam

destacando as seguintes questões: os países ricos precisariam diminuir as barreiras comerciais e aumentar a ajuda externa aos países pobres, [...] a Declaração do Milênio pode ser considerado um marco de ação dos líderes das Nações Unidas que, preocupados com as “reais necessidades das pessoas de todo o mundo, principalmente, no atendimento de “comunidades vulneráveis, definiram, com essa Declaração, “alvos concretos de como reduzir pela metade a percentagem de pessoas que vivem na extrema pobreza” e ainda segundo a autora foram estabelecidos oito objetivos a serem alcançados: “Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Essas oito metas da Declaração do Milênio se tornaram ‘8 jeitos de mudar o mundo’ que, no Brasil, o governo federal através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de um conjunto de organizações do setor privado e da sociedade civil reunidas no Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade tem estimulada através de lançamento do prêmio ODM Brasil a criação de ações e projetos que ajudem o país a cumprir os [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio](#)” (2008, p. 81).

observadas as questões da saúde, alimentação e as questões educacionais e sociais, seria oferecida a elas leitura, ciências físicas e sociais, arte, desenho, música, dança, educação física aritmética e escrita, ou seja, oferecer realmente condições concretas para que a criança aprendesse, pois dizia “não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia” (MEC, 2009, p.15).

É importante refletirmos sobre a educação integral oferecida hoje no contexto das escolas brasileiras, onde ao chegar à escola o Programa Mais Educação nos parece algo estranho, alheio ao seu processo mais específico, ensino aprendizagem. Pois, se ele surge no contexto educacional como forma de contribuir na aprendizagem dos alunos, se pulveriza em várias frentes: teatro, rádio escolar, jogos escolares, danças. Não que sejamos contra, pois quem em sua própria consciência seria contra o acesso desse acervo cultural produzido historicamente pela humanidade? O que nos incomoda e nos move é a tentativa de compreender a existência de programas dessa natureza que se propõe a oferecer “educação integral” quando as escolas não estão conseguindo nem efetivar o que lhe é colocado como clássico, ensinar a ler e escrever.

Para tanto, estão sendo gestadas ações de caráter minimalistas e assistencialistas nas escolas brasileiras, a exemplo de programa como o Mais Educação, paralelamente com as propostas e metas advindas dos organismos internacionais ONU/UNESCO e pelo Banco Mundial, no cenário educacional contemporâneo.

É bem verdade que o conjunto das análises embutidas no Projeto de Educação Para Todos e no discurso de seus promotores acerca da problemática da sociedade atual sob a égide da globalização faz-se acompanhar do anúncio das distorções, desigualdades e disparidades sociais. Tal reconhecimento, a nosso ver, visa essencialmente justificar o importante papel da educação no processo de democratização, da garantia dos direitos humanos e da boa governança. A escola, nestes termos, é compreendida como agência responsável pela formação do cidadão, apto a adequar-se ao mundo globalizado. Entende-se, outrossim, que todos os países têm a capacidade de aplicar as práticas democráticas e os direitos cidadãos, incluindo os direitos das minorias, bastando, para isso, aplicar aquele receituário, cujos ingredientes centrais vimos aqui delineando (JIMENEZ, 2009, p. 19).

Em consonância com todos os paradigmas educacionais dos organismos internacionais, sendo parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação o projeto de Educação Integral que esta sendo gestado no contexto das escolas brasileiras constitui-se em mais uma forma esvaziada de dar respostas as carências apresentadas pelos índices educacionais que tem

apontado respostas pífiás a um sistema educacional que cada vez mais elabora planos e projetos educacionais ineficientes para o conjunto da população, mais bem eficazes para anunciar e propagandear que projetos estão sendo desenvolvidos, dinheiro está sendo gasto, então o que está acontecendo? Assim, se procuram os culpados, atribuem à questão a ingerência.

Com essa compreensão difundida querem nos levar a crer que através da educação podemos mudar a vida das pessoas, que ela sozinha pode ser o elemento fundamental da mudança, da construção de uma nova sociedade mais humana, igualitária, que prime pela sustentabilidade do planeta e que pela junção de todos, **rumo a esse mundo melhor que é viável e possível de ser vivido através da educação, do acesso aos cidadãos a esse bem que deve ser perseguido por todos e para todos**. Por essa feita é que o projeto de educação integral acredita que através da sua permanência dos alunos mais tempo no contexto escolar, e outros programas minimalistas desse porte vai ser determinante para solucionarmos e ultrapassarmos metas tais como redução do índice de pobreza, redução da miséria, uma melhor distribuição de renda.

A quem programas dessa natureza interessam, o que vem a ser realmente esse processo de formação mais amplo dentro de determinado espaço e tempo histórico, de uma ordem social onde no falar de Mészáros (2009) a educação é vista como uma mercadoria que além de fornecer conhecimentos e pessoal necessário para que o sistema capitalista possa se reproduzir, também transmite valores que legitimam os interesses da classe dominante.

Como revela os pressupostos das declarações internacionais, dentre a inserção dos inúmeros programas pulverizados nas instituições escolares, seus ideólogos pretendem transformar a educação em um instrumento capaz de efetivar o desenvolvimento sustentável, autônomo e justo, sem, contudo, erradicar o antagonismo entre capital e trabalho. Com efeito, tal proposição integra um amplo programa estratégico arquitetado pelo capital no sentido de superar sua crise estrutural, desencadeada já por volta da década de 1970 (Mészáros, 2006).

Sob esse prisma, a educação formal, com prioridade na escola básica, emerge aqui como redentora das crises geradas pelas próprias contradições do sistema sócio-metabólico do capital. Assim, contribuir na solução dos problemas do desemprego estrutural, da mão-de-obra desqualificada, da desigualdade social, de gênero, etnia, religiosa e cultural, tidos como problemáticos para o ajuste da nova reestruturação social, ainda e dentro dos ditames burgueses.

Portanto, o programa de Educação para Todos surge da necessidade de os países ricos encontrarem um direcionamento eficaz para a superação da crise vivida pela sociedade

capitalista, diagnosticada nas últimas décadas pelo decréscimo das taxas de lucros. De modo que, para minimizar possíveis conflitos entre as classes, procura-se programar políticas compensatórias de *alívio à pobreza*, nesse bojo o Programa Mais Educação, garantidos por todos os meios à reprodução do capital, cujo propósito é estimular as competências, a eficácia dos seus sistemas e a produtividade da força de trabalho. Nesse sentido, O Banco Mundial atua como o principal sponsor desse processo, empreendendo estratégias a serem cumpridas pelos países tomadores de empréstimos.

Ademais, num exame crítico do papel atribuído à educação, admite-se que o princípio que move as diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial coaduna-se em convertê-la a uma alegoria mistificadora de alívio à pobreza, cuja palavra de ordem encontra-se na manutenção da estabilidade política.

Diante do estágio atual em que o processo de acumulação sustentado pelo complexo de relações estabelecidas pelo tripé: capital, trabalho e Estado determina medidas na sua lógica perversa de ajustar a classe trabalhadora às formas mais precarizadas da atividade produtiva em troca da elevação da taxas de lucro, portanto, agravando ainda mais as condições de vida para a imensa maioria da humanidade.

A ofensiva do capital sobre os trabalhadores desvia o caráter estrutural do desemprego de sua verdadeira origem – a sociedade regida sob a lógica do capital, cujo sustentáculo é a exploração dos homens e dos recursos naturais pelos próprios homens. Além disso, oculta o antagonismo entre as classes sociais, pois incute nas mentes dos trabalhadores que estar incluído ou excluído do mercado de trabalho depende da (des) qualificação de cada indivíduo isoladamente.

Por sua vez, Tonet (2003 -2006) reforça a ideia de que a crise instalada sobre o capital, atingindo a atividade produtiva e potencializadora de liberdade, o trabalho, como elemento fundante do ser social põe em crise todas as outras atividades humanas que, ontologicamente, derivam desse complexo, a educação – a exemplo da política, ou da cultura – não poderiam deixar de participar dessa mesma crise.

Com efeito, a educação, elevada ao estatuto de força movedora da realidade social – utilizada na perspectiva mistificadora sob o ponto de vista mercadológico – não constitui a possibilidade ontológica *de erradicar a pobreza* (proposição defendida pelas declarações aqui apresentadas e pelos amplos programas de *alívio à pobreza*, dentre eles o mais educação). No

entanto, destacamos que a educação colabora no processo de reprodução do ser social, através de um complexo de mediações que permitem, portanto, que cada indivíduo se aproprie da herança cultural da humanidade e, de fato, a elevação da genericidade humana, patamar substantivamente superior.

Porém, sob o capital, o complexo educacional constitui-se unilateral, fragmentado e truncado, sujeito às amarrações essencialmente voltadas para a sustentabilidade de um sistema que, dia após dia, vem apresentando sinais de debilidade em sua estrutura, demonstrando que devemos avançar na sua superação, no combate teórico-metabólico aos paradigmas que o sustentam e enredam cotidianamente milhares de pessoas.

Referências bibliográficas

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA-CENPEC. **Cadernos Cenpec**. São Paulo: nº2, 2006-semestral. ISSN 1808-9631.

JIMENEZ, S. V.e MENDES SEGUNDO. M. D. **Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: Notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio**. *Cadernos de Educação*. Pelotas, FAE/PPGE/UFPEL, n.28, p. 119 – 137 Jan-Jun. 2007.

_____. **A política educacional brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): uma crítica para além do concerto democrático**. Fortaleza, 2009

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. SP, Boitempo Editorial, 2009.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC, Secad. Programa Mais Educação. Educação integral: **texto referência para debate nacional**. -Brasília: 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC, Secad. Programa Mais Educação. Educação integral: **gestão intersetorial no território**. -Brasília: 2009.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. Boitempo, São Paulo, 2009.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. SP: Boitempo, 2007.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (I) e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (II) Conferência de Jomtien. Tailândia: Unesco, 1990.

Disponível em: <www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais>. Acesso em: 20 de fevereiro 2010.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RABELO, J MENDES SEGUNDO. M. D. e JIMENEZ, S. V. JIMENEZ, S. V. **Educação para todos e a reprodução do capital**. Trabalho Necessário. Revista da UFF, Rio de Janeiro, nº 9, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10ª Ed Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Trabalho e Educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, V. 12, nº. 34 jan/abr. 2007.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

_____. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Educação e Formação Humana**. Ideação, Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste. Campus Foz do Iguaçu, v. 8 - nº 9, 2006.